

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aneel vai fiscalizar 142 barragens hidrelétricas.....	2
Título: Petrobras é alvo de nova arbitragem	3
Título: Francesa Total planeja ampliar investimento em gás natural	6
Título: Aumento dos combustíveis atinge BR, Ipiranga e Raízen.....	6
Título: STJ solta funcionários da Vale e da Tüv Süd	8
Título: CVM questiona comunicado sobre bloqueio de R\$ 800 milhões	10
Título: Mineradora declara força maior por Brucutu.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	12
Título: Mina de terras raras terá aporte de US\$ 190 mi em GO.....	12
Título: Visão míope da lama	12
Título: Frete e diesel tiraram R\$ 20,3 bi do PIB	15
Título: Corte de imposto de combustível em SP anima aéreas	16
Título: STJ manda libertar os 5 presos por Brumadinho	18
Título: Pará de Minas decreta situação de emergência por causa da lama	19
Título: Fiocruz alerta para risco de surtos	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Doria atende aéreas, e ICMS de querosene cai	21
Título: Grupo de minoritários pede mudança na Vale	23
Título: Respostas da Vale não explicam sirenes e plano de emergência	25
Título: STJ manda soltar técnicos e engenheiros da Vale que haviam sido presos em MG	29
VEÍCULO: O Globo	30
Título: GARGALO ELÉTRICO	30

Título: Funcionário da Vale alertou sobre risco em dissertação de mestrado	30
Título: STJ manda soltar presos na tragédia	32
Título: Rio pretende diminuir ICMS do combustível de aviação.....	32
Título: Governo deve adiar renovação de concessões de ferrovias da Vale	34
Título: Indústria de SP questiona aumento de 36% do gás	36
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	37
Título: Prisões são relaxadas, e danos só aumentam	37
Título: Ameaças à saúde.....	39
Título: Petrobras comanda preços	39

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Agência Brasil, de Brasília

Título: Aneel vai fiscalizar 142 barragens hidrelétricas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que começará no dia 12 uma força-tarefa para fiscalizar in loco até maio as barragens de 142 usinas hidrelétricas, em 18 Estados, além do Distrito Federal. A intenção de fiscalizar as barragens das usinas hidrelétricas foi anunciada no dia 30 de janeiro como resposta ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG) no dia 25.

A fiscalização será realizada com equipe da própria Aneel ou por meio de parcerias com agências reguladoras estaduais conveniadas. Em reunião na tarde de ontem, ficou definido que as equipes da Aneel, com o apoio de agentes credenciados, fiscalizarão as barragens de 71 usinas consideradas como de maior dano potencial. As outras 71 usinas serão fiscalizadas pelas agências estaduais conveniadas de cada região.

De acordo com a Aneel, para efeitos de fiscalização, as barragens são caracterizadas em dois critérios: dano potencial alto e risco. No dano potencial alto encontram-se: barragens com grandes reservatórios; existência de pessoas

ocupando permanentemente a área a jusante da barragem; área a ser afetada apresenta interesse ambiental relevante ou é protegida e existência de instalações residenciais, comerciais, agrícolas, industriais de infraestrutura e serviços de lazer e turismo na área que seria afetada.

No critério de risco são avaliados: a documentação do projeto, qualificação técnica da equipe de segurança de barragens, roteiros de inspeção de segurança e monitoramento; regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem e relatórios de inspeção de segurança com análise e interpretação. A Aneel é responsável pela fiscalização de 437 hidrelétricas, que totalizam 616 barragens.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Petrobras é alvo de nova arbitragem

Uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) abriu oportunidade para que um grupo de investidores minoritários tente viabilizar uma arbitragem coletiva contra a Petrobras na Câmara de Arbitragem de Mercado (CAM) da B3, nos moldes da "class action" dos Estados Unidos que já custou bilhões à estatal. Trata-se de um caminho processual inédito no país.

O objetivo da ação é obter ressarcimento aos investidores brasileiros em razão de perdas apuradas com a desvalorização das ações da companhia em consequência da Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que envolveu a empresa em pagamentos de propina.

A ideia é replicar, na câmara arbitral, uma ação civil pública, inclusive com a participação do Ministério Público e com as informações abertas para consulta por qualquer interessado, que seja ou não parte do processo. Se a tese for aceita pelos árbitros, todos que negociaram ações entre janeiro de 2010 e julho de 2015 - também o período da ação coletiva americana - poderão ser beneficiados no caso de uma indenização, o que é inédito no Brasil. Por ser uma arbitragem, contudo, pode ser que seja necessária a criação de um mecanismo na qual os investidores optem por aderir ao caso, só arcando com as despesas em caso de vitória.

Só terão direito aos recursos de uma eventual indenização aqueles que não estiverem envolvidos em outras arbitragens contra a estatal pelos mesmos motivos.

Ação exige indenização no mínimo equivalente à paga em acordo com investidores nos EUA, da ordem de R\$ 11 bilhões

A juíza Lúcia Canidéo Campanhã, do TJSP, entendeu que o foro adequado para a discussão era a Câmara de Arbitragem da B3, conforme o que dita o estatuto da companhia. Foi daí que surgiu a tese de levar a ação civil pública para a arbitragem, importando um modelo aplicado habitualmente nos Estados Unidos, país considerado referência em termos de aplicação da legislação de mercado de capitais.

Se o caso se confirmar, o Brasil vai ganhar sua primeira ação coletiva. Esse tipo de arbitragem coletiva pode revolucionar a dinâmica do mercado de capitais do país no que se refere à maneira como investidores exigem ressarcimento das empresas por violações de regras do mercado, como retenção de informações relevantes ou publicação de comunicados falsos.

O modelo da "class arbitration" da Petrobras pode se tornar um caminho para investidores no Brasil, podendo ser reproduzido em relação a outras companhias envolvidas na operação Lava-Jato, ou até mesmo em uma eventual ação de investidores contra a Vale por causa da tragédia de Brumadinho (MG), por exemplo.

Para a Petrobras, a ação poderá custar caro. Alegando o princípio de isonomia, a ação exige que a Petrobras pague uma indenização no mínimo equivalente ao total pago para encerrar a ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos, de US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 11 bilhões ao câmbio de ontem).

O requerimento de arbitragem coletiva foi protocolado pela Associação dos Investidores Minoritários (Aidmin), que propôs atuar como substituta processual de todos os investidores que negociaram ações da estatal na B3 entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015.

A Aidmin está sendo representada pelo escritório Modesto Carvalhosa, que também lidera outras arbitragens contra a Petrobras, incluindo acionistas relevantes como os fundos de pensão Petros, Funcef e Previ.

Além de regras do mercado de capitais e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a arbitragem vai se basear na Lei 7.347, de 1985, das Ações

Civis Públicas, e na Lei 7.913, de 1989, que trata de ações civis públicas de responsabilidade por danos causados aos investidores. Não há incompatibilidade com a lei de arbitragem ou com os regulamentos das câmaras arbitrais.

A intenção da arbitragem, segundo o requerimento inicial protocolado, ao qual o **Valor** teve acesso, é obter indenização sobre os prejuízos decorrentes pela desvalorização do preço das ações da companhia durante o período abordado, devido a violação de seu dever de informar os investidores sobre as descobertas da Lava-Jato.

O requerimento lembrou ainda que a Petrobras, ao assinar o acordo de leniência com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) e com a Securities and Exchange Commission (SEC), "assumiu, expressamente, a responsabilidade pelos atos ilícitos praticados pelos seus representantes e se comprometeu a jamais negar, perante nenhuma jurisdição, esta sua responsabilidade e a veracidade dos fatos por ela confessados."

O acordo enfraquece a principal tese da defesa da estatal na ação coletiva dos Estados Unidos, de que teria sido vítima de um esquema liderado por outras companhias. A companhia, inclusive, já indicou disposição em fechar novos acordos com investidores. Na semana passada, a Petrobras informou que metade dos US\$ 682,6 milhões da resolução celebrada poderão ser utilizados para "atender eventuais condenações da companhia em demandas de investidores ou para pagamento de possíveis acordos."

O procedimento arbitral tem outras vantagens para os investidores, por ser mais célere e envolver o julgamento por especialistas na matéria. Na Justiça, a ação civil pública poderia levar anos até ser julgada.

As demais arbitragens movidas pelo escritório Modesto Carvalhosa também contra a companhia já avançaram, apurou o **Valor**. Os árbitros foram definidos, e a expectativa do lado dos investidores é que uma sentença parcial saia até o fim do ano, decidindo se há mérito ou não no pleito. Posteriormente, deverá ser feita uma perícia para que os valores indenizáveis sejam calculados.

Procurada, a Petrobras disse que não iria comentar o assunto pois ainda não foi notificada sobre a arbitragem.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Flávia Furlan | De Paris****Título: Francesa Total planeja ampliar investimento em gás natural**

O presidente da petrolífera francesa Total, Patrick Pouyanné, disse que a empresa está caminhando para ampliar os investimentos em gás natural até 2040, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

"Temos de lidar com a mudança climática, todos sabemos disso, e sermos mais eficientes em termos de energia. Por isso, vamos ter como primeira fonte de energia o gás natural que, em termos de emissão de CO₂, tem duas vezes menos do que o carvão." O executivo falou em evento da seguradora Coface, que aconteceu ontem em Paris.

De acordo com o executivo, apesar da necessidade de investimento em fontes renováveis, o fim do uso dos combustíveis fósseis ainda está longe. Isso porque a energia, em sua opinião, tem de ser acessível, barata, limpa e um investimento de longo prazo.

O executivo afirmou que os países têm de combinar as fontes renováveis com as fósseis, encontrando o melhor mix. Não significa que os hidrocarbonetos tenderão a zero, mas que podem cair de participação na matriz energética dos países de forma responsável.

Pouyanné afirmou que os países precisam de energia barata e acessível, principalmente os emergentes, que ainda têm um caminho para se desenvolver. "Não significa que não temos de encontrar uma solução em energia renovável. Estamos ainda em busca de um tipo de energia limpa e barata. Mas não vai acontecer do dia para a noite", afirmou.

A Total, de acordo com o executivo, caminha para não ser apenas uma empresa de petróleo. Agora, ela é uma empresa de óleo, gás e eletricidade, sendo que a empresa quer entrar no ramo de distribuição de energia.

A repórter viajou a convite da Coface

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/02/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Aumento dos combustíveis atinge BR, Ipiranga e Raízen**

A insatisfação dos consumidores com a escalada dos preços dos combustíveis, que desencadeou na greve os caminhoneiros em maio de 2018, atingiu as principais marcas do setor de distribuição. Uma pesquisa de mercado da consultoria CVA Solutions mostra que o índice de rejeição às líderes de mercado (BR, Ipiranga e Raízen) aumentou e que a força da marca das três empresas enfraqueceu.

A consultoria ouviu, em janeiro, cerca de 5 mil consumidores. Para o sócio-diretor da CVA, Sandro Cimatti, o resultado da pesquisa reflete a insatisfação generalizada dos clientes com a elevação dos preços no ano passado.

Embora a política de reajustes diários da Petrobras tenha sido o centro das atenções durante a greve dos caminhoneiros, a BR, Ipiranga e Raízen não passaram incólumes. Em meio à escalada dos preços nos postos, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) chegou a abrir investigações para apurar suspeitas de cartel entre as líderes do mercado.

"O ano passado foi um ano de reajustes frenéticos nos preços. Em geral foi um ano de desgaste para as distribuidoras, todas as grandes sofreram", avalia Cimatti.

A BR foi a mais desgastada. A companhia perdeu o posto de marca mais forte para a Ipiranga - que, embora também tenha sofrido com o aumento da rejeição, teve a marca beneficiada, em parte, pela mídia espontânea gerada pela campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, que cunhou o ministro da Economia, Paulo Guedes, seu "Posto Ipiranga".

"A hipótese trabalhada para o desgaste maior a BR é a questão dos preços. A pesquisa mostra, por exemplo, que a percepção entre os consumidores da BR e Raízen é de que os preços praticados por essas empresas estavam mais caros que o da concorrência. A segunda hipótese é a mídia espontânea da marca Ipiranga durante as eleições, que pode ter ajudado a empresa a reduzir os danos do desgaste das líderes de mercado durante um ano difícil", disse Cimatti.

A força da marca é uma medida que leva em consideração a atração da marca menos a rejeição perante os clientes e não clientes consultados. A rejeição à BR, medida pelo percentual dos entrevistados que apontou a marca como o pior posto do mercado, aumentou de 5% para 7,9%. Pelo lado da atração, a percentagem de consumidores que apontaram a BR como o melhor posto caiu de 34,2% para 29%.

Procurada, a BR disse que segue líder e "top of mind" junto aos consumidores e que seu posicionado publicitário visa a mostrar como a "mobilidade das pessoas pode ser impactada positivamente após passarem nos postos BR".

Mesmo a Ipiranga, que ultrapassou a BR em força da marca, registrou ligeira queda na sua atração (o percentual de pessoas que disseram que o posto Ipiranga é o melhor do mercado caiu de 31,5% para 31,1%) e a rejeição à companhia subiu de 2,5% para 3,5%. A empresa também foi líder em recomendação líquida (medida pela diferença entre promotores e detratores de uma marca, quando perguntados sobre a probabilidade de recomendarem o posto).

A Ipiranga esclareceu que, apesar dos desafios de 2018, vem intensificando a sua estratégia de ser uma "plataforma de negócios convenientes que facilitam o dia a dia e a mobilidade das pessoas", por meio da amplitude da oferta de produtos e serviços.

Já a Raízen, joint venture entre a Shell e Cosan, apresentou ligeira melhora na atração da marca, mas o aumento da rejeição puxou a força para baixo: 19,2% dos entrevistados disseram que os postos Shell são os melhores, ante os 18,9% de janeiro de 2018. A rejeição, por sua vez, subiu de 3,9% para 5,9%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Mariana Muniz | De Brasília

Título: STJ solta funcionários da Vale e da Tüv Süd

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu ontem os pedidos de liberdade de dois engenheiros da Tüv Süd e a três funcionários da Vale presos após a tragédia do rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Por se tratar de uma decisão liminar, o entendimento do STJ vale até que o mérito do caso seja analisado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Os cinco estavam presos desde 29 de janeiro. No sábado, o TJMG havia negado o pedido de liberdade de todos eles.

Os seis ministros da Sexta Turma do tribunal atenderam aos pedidos da defesa de André Yassuda e Makoto Mamba, que assinaram o relatório técnico da empresa alemã Tüv Süd sobre a barragem da Vale no Córrego do Feijão.

Na avaliação do ministro Saldanha, as prisões serviram para uma "satisfação do clamor público"

Ao analisar o pedido, o relator, ministro Nefi Cordeiro, destacou a gravidade da situação, mas considerou que no pedido de prisão feito pela juíza Perla Saliba

Brito, da comarca de Brumadinho, não foi apontado qualquer risco que os engenheiros pudessem oferecer para a investigação que justificassem as detenções.

"A fundamentação da prisão não indica a existência de nenhum dos riscos exigidos pela lei para a prisão temporária", disse. Ele observou ainda que o pedido de prisão não deixa claro "se houve negligência na vistoria, se houve imperícia por parte dos técnicos, ou se houve uma efetiva fraude".

O ministro destacou que o laudo citado como causa de responsabilização dos engenheiros tinha 150 páginas e, embora informasse que a "estrutura se encontrava em condições adequadas de segurança", indicava "providências a serem adotadas para a proteção da barragem".

"Ou seja, os próprios engenheiros já indicavam que havia a necessidade de providências", afirmou o ministro relator.

Cordeiro estendeu a mesma interpretação para as liminares de Rodrigo Artur Gomes de Melo, gerente executivo operacional da Vale, Ricardo de Oliveira, gerente de meio ambiente da empresa e do geólogo Cesar Augusto Paulino Grandchamp.

Na avaliação do ministro Antônio Palheiro Saldanha, as prisões dos engenheiros e técnicos da Vale serviram para uma "satisfação do clamor público. São técnicos, não são pessoas que oferecem risco à sociedade. Se cometeram crime, isso vai ter que ser apurado".

"Corremos o risco de escolhermos alguns culpados antes que essa culpa seja demonstrada", alertou o ministro Rogerio Schietti Cruz, para quem não havia "risco algum" que justificasse as prisões temporárias. Também participaram no julgamento os ministros Laurita Vaz e Sebastião dos Reis Júnior.

Responsável pela defesa dos engenheiros da Tüv Süd, o advogado Augusto de Arruda Botelho afirmou que a decisão do STJ reforça a ilegalidade das prisões decretadas. "A justiça foi restabelecida e a agora a investigação precisa se aprofundar para averiguar exatamente o que aconteceu e quais foram as causas dessa tragédia."

Até ontem, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e a Defesa Civil contabilizavam 134 mortos após o rompimento da Barragem I da Vale. Desse total, 120 já tiveram as identidades confirmadas pelas autoridades. Além disso, 199 pessoas ainda permanecem desaparecidas. Ao todo, 394 foram localizadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: CVM questiona comunicado sobre bloqueio de R\$ 800 milhões**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) questionou a Vale a respeito da divulgação ao mercado sobre o bloqueio de mais de R\$ 800 milhões da companhia pela Justiça do Trabalho, na sequência do rompimento da barragem em Brumadinho (MG) em 25 de janeiro. A empresa divulgou um comunicado ao mercado sobre a decisão judicial e não um fato relevante. A indagação partiu da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) e é parte das investigações abertas pelo regulador sobre o assunto.

A área técnica da autarquia baseou-se em uma reportagem do portal G1, publicada em 28 de janeiro, de acordo com o documento obtido pelo **Valor**. A Vale confirmou a informação, dizendo que foi notificada pela Justiça no dia 28 e que enviou um comunicado ao mercado - em vez de fato relevante - sobre o assunto no fim do dia seguinte, na mesma data em que a autarquia enviou ofício à mineradora.

"Tal informação, no contexto dos demais eventos ocorridos desde o rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido na última sexta-feira, dia 25 de janeiro de 2019, por si só, na avaliação da companhia, não seria capaz de alterar a decisão de investimento (ou desinvestimento) do investidor médio, ou na cotação dos valores mobiliários da companhia, não se enquadrando no conceito de fato relevante", informou a empresa à CVM.

A Vale reiterou o compromisso com seus investidores e com o mercado de mantê-los informados, com a "maior brevidade possível" sobre todos os fatos e medidas que constituam fato relevante ou comunicado ao mercado, se entender que apesar da "ausência de relevância", mereçam ser divulgados, nos termos da regulação da CVM e "em prol da transparência que rege seu relacionamento com o mercado".

As investigações são iniciais. No processo, aberto pela Gerência de Acompanhamento de Empresas 2 (GEA-2) da SEP, foram anexados os documentos já divulgados pela empresa sobre o assunto. A CVM abriu o caso no dia do rompimento. Em primeiro ofício enviado à companhia, determinou

"especial atenção" sobre a divulgação dos fatos e citou orientações contidas no ofício circular divulgado em fevereiro de 2018. O documento diz que em caso de notícia que acrescente fato novo sobre informação já divulgada, à administração da companhia - especialmente o diretor de RI - deve analisar o potencial de impacto da informação sobre as negociações. Se for o caso, a manifestação deve ser imediata e não somente após questionamentos da CVM ou da B3.

Essa não é a única investigação em curso. Há outro processo, aos cuidados da gerência de acompanhamento de empresas 4 (GEA-4), área que costuma analisar a conduta e deveres fiduciários de administradores. Um grupo de acionistas também pediu que a autarquia investigue se a mineradora omitiu informações sobre os riscos ambientais, levando investidores a erro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Mineradora declara força maior por Brucutu

A Vale divulgou na noite de ontem, em comunicado, que, em consequência da suspensão da produção na mina de Brucutu, declarou força maior em uma série de contratos de venda de minério de ferro e de pelotas correlatos.

"A Vale reforça seu entendimento de que não existe fundamento técnico ou avaliação de risco que justifique a decisão de suspender a operação e está adotando as medidas judiciais cabíveis para retomar suas operações o mais rápido possível", informou a empresa no comunicado.

Na segunda-feira, a Justiça de Minas Gerais suspendeu a operação de oito barragens da Vale no Estado. Entre elas, a de Larajeiras, que recebe os rejeitos de Brucutu. A suspensão está no âmbito de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado.

Na prática, a decisão paralisa a produção na mina e significa uma redução potencial de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

As ações da Vale fecharam ontem em queda de 0,09%, cotadas a R\$ 44,64. Desde o rompimento da barragem em Brumadinho, os papéis acumulam queda de pouco mais de 20% na B3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães****Título: Mina de terras raras terá aporte de US\$ 190 mi em GO****Coluna do broadcast**

Em meio à crise no setor gerada pelo rompimento da barragem em Brumadinho, a Mineração Serra Verde tem engatilhado investimentos de US\$ 190 milhões nos próximos dois anos para desenvolver um projeto em Minaçu (GO) de terras raras em argilas iônicas – mineral usado pela indústria na fabricação de componentes de alta tecnologia. A construção criará 1,8 mil empregos e, quando estiver funcionando, serão 400 empregos. Controlada pelo fundo norte-americano Denham Capital, a Serra Verde já aplicou, desde 2009, US\$ 90 milhões em pesquisa mineral e no desenvolvimento de processos de tratamento do minério. O investimento no interior goiano aguarda apenas a outorga da licença de instalação, aval que é esperado para os próximos meses.

» Concorrente chinês. A licença prévia para o projeto goiano já foi concedida em setembro e as primeiras licitações para compra de equipamentos e serviços serão lançadas nas próximas semanas. A previsão é que o projeto entre em operação até o início de 2021. O depósito descoberto em Goiás é um dos maiores do mundo, comparável às grandes reservas de terras raras do sul da China. O país asiático responde por 80% da produção global do minério.

» Escolhidos. A Caixa Econômica Federal já escolheu os assessores financeiros da oferta de ações (follow on) que fará para se desfazer das ações do ressegurador IRB Brasil Re detidas por meio de um fundo. Além do próprio banco público e dos sócios da companhia – Bradesco, Itaú Unibanco e Banco do Brasil, o selecionado foi o Bank of America Merrill Lynch (BofA). O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, administrado pela Caixa, detém 8,9% do capital do IRB – o que soma cerca de R\$ 2,4 bilhões. A operação, esperada para ocorrer até o Carnaval. Procurada, a Caixa não comentou. BofA e IRB também não se manifestaram.

COM CRISTIANE BARBIERI E RODRIGO PETRY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/02/2019****Seção: Espaço Aberto****Autor: Érika Gorga****Título: Visão míope da lama**

Miopia é a disfunção mais comum do olho humano, caracterizada por má visão a certa distância, que faz os objetos mais distantes serem vistos de modo desfocado, enquanto a visão de perto é normalmente preservada. É o caso do debate sobre o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, que espalhou 12,7 milhões de m³ de rejeitos tóxicos de minério em Brumadinho (MG) e na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba e região. Críticos limitam-se a apontar falhas na legislação e regulação ambientais, olhando só o aspecto mais próximo da tragédia.

Noticiou-se que após a ruptura da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, no fim de 2015, o maior desastre ambiental do País, a Vale – controladora da Samarco – obteve licença do Conselho Estadual de Política Ambiental e da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Minas, em dezembro, para ampliar a capacidade produtiva da mina Córrego do Feijão, beneficiando-se de alteração em deliberação normativa que reduziu exigências para intervenções de grande potencial poluidor. No pós-Mariana também fracassou a aprovação da lei de segurança de barragens que endureceria fiscalização e punição, a infratores na Assembleia de Minas Gerais (Estadão, 26/1).

Constatou-se que há apenas 35 fiscais na Agência Nacional de Mineração, órgão responsável por fiscalizar barragens de mineração, sem estrutura para garantir a segurança das mais de 20 mil barragens no País, 3.386 das quais consideradas de alto risco (Estado, 30/1).

O fracasso da Vale é, então, atribuído às falhas do arcabouço regulatório ambiental nacional. Visto de perto, faz sentido, mas o diagnóstico é pura miopia. O caso da Vale, em análise sistêmica, é mais um a corroborar a falência da governança corporativa das grandes sociedades anônimas (S.As.) brasileiras, que envolve não apenas mineradoras e suas infrações ambientais, mas empresas dos mais variados setores. É o que mostraram os escândalos recentes da JBS, do ramo alimentício, da Petrobrás e da OGX, do petrolífero, da Odebrecht e das grandes empreiteiras do setor de infraestrutura, da Eletrobrás, etc.

Há muito em comum entre o mar de lama e o mar de corrupção que inundaram o País. Ambos são reflexos da falta de responsabilidade civil de administradores de empresas infratoras que, mesmo com a Lava Jato, continuam a manter fortunas pessoais, apesar de sua negligência, imperícia, imprudência e omissão, para não falar dos casos de evidente máfé. De igual ou maior importância é a ausência praticamente absoluta de responsabilização dos "guardiães" do mercado (gatekeepers), que – como escrevi aqui em 11/5/18 – são profissionais que deveriam atuar de maneira independente para assegurar os padrões das

atividades e condutas empresariais, mas no Brasil têm contribuído para toda sorte de desvios e ilícitos.

A história dos laudos, por exemplo, se repete. A barragem da Vale contava com laudos de garantia de estabilidade assinados no ano passado pela Tüv Süd Brasil, empresa alemã, porém plenamente brasileira. Urge reconhecer que não é de hoje que laudos, auditorias e declarações, aqui, são frequentemente contaminados por erros, omissões e até fraude e corrupção. Não se pode descartar, sem investigação detalhada, diante da gravidade das consequências, a hipótese de os laudos não adotarem os melhores padrões técnicos de avaliação, como decidiu a juíza de Brumadinho.

É de conhecimento notório que relatórios de avaliação que fundamentaram operações de compra de refinarias, como a de Pasadena – agora vendida com US\$ 638 milhões de prejuízo –, se revelaram "falhos", assim como auditorias de demonstrações contábeis da Petrobrás, JBS e OGX e declarações de tais empresas ao público investidor. Diferentemente do que sucede com a responsabilidade dos guardiães em mercados sérios, o Brasil não pune – nem penal nem civilmente – auditores, contadores, engenheiros, advogados, bancos de investimento e demais guardiães infratores, na grande maioria dos casos.

Criticou-se que o sistema regulatório atual ensejaria conflito de interesses, já que laudos e avaliações são produzidos pelas mineradoras e por auditorias contratadas, com base nos dados fornecidos pelas primeiras, de modo que são as próprias empresas interessadas que atestam a segurança de suas estruturas, em autorregulação definida pela Lei 12.334/2010. Ora, a autorregulação é largamente adotada como modelo por outros países mais avançados e há muito assimilada no nosso arcabouço empresarial. É a lógica do sistema jurídico de S.As. e dos prospectos de emissão e distribuição de valores mobiliários em que companhias põem à disposição do mercado informações sobre seus próprios negócios ao captarem quantias vultosas.

O problema não é a autorregulação em si, já que seria absolutamente inviável inchar a máquina pública a ponto de o número de fiscais quase equivaler ao número de barragens ou de emissões financeiras. O ponto é que políticas públicas de licenciamento com base em autodeclarações das próprias empresas, a exemplo do que ocorre no arcabouço americano, não funcionam sem um sistema rígido de responsabilidade (civil e penal, além da administrativa), no qual executivos de empresas e guardiães sejam responsabilizados, respectivamente, pelas declarações que assinam em nome das empresas e pelas avaliações que emitem como partes independentes.

Sem enxergar as falhas do arcabouço geral de governança das sociedades anônimas no País continuaremos míopes para conter a lama de todo o sistema, que, aliás, não é pouca.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/02/2019

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Frete e diesel tiraram R\$ 20,3 bi do PIB

Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, benefícios concedidos a caminhoneiros após greve de 2018 também elevaram a inflação

A aplicação da tabela dos preços mínimos do frete rodoviário e a alta do preço do diesel provocaram uma redução de R\$ 20,3 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do ano passado, aponta estudo inédito elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Pela mesma razão, a inflação no período ficou 1,07 ponto percentual maior.

"Os resultados corroboram o que os setores já vinham falando", disse o gerente executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca. "Toda vez que se faz uma intervenção na economia e se fixa um preço, há um custo." Os números refletem apenas parte do impacto do tabelamento. Não estão na conta custos como da fiscalização, da insegurança jurídica e da própria greve que, segundo cálculos feitos na época pelo Ministério da Fazenda, foram de R\$ 15,9 bilhões.

Os cálculos também apontam que, em razão da greve, cerca de 570 mil empregos foram perdidos ou deixaram de ser criados. A conta começou a ser feita no ano passado, mas por sua complexidade, só ficou pronta agora. A ideia era dar um suporte técnico à afirmação da entidade de que o frete rodoviário traria prejuízo à economia. Segundo Fonseca, o PIB já cresceria menos por causa do aumento do diesel.

O tabelamento amplificou esse efeito. Segundo a CNI, de julho de 2017 até janeiro o preço do diesel subiu 15,6%. Num regime de liberdade de preços, isso teria elevado o frete em 4,7%. Mas, com o tabelamento, o aumento foi de 12,1%. A conclusão é que o preço do transporte, fixado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) está 7,4 pontos percentuais acima do de mercado.

Com base no aumento no custo de transporte, a CNI usou um modelo para calcular como as relações econômicas mudaram para chegar a um novo equilíbrio. "O aumento do frete é repassado ao produto final. Isso faz com que a

demanda caia. As pessoas consomem menos ou substituem por produto importado. Isso gera desemprego", disse Fonseca.

O modelo calculou os níveis de redução do PIB e do emprego e o reflexo na alta dos preços. "Essa conta mostra o custo da exploração que faziam com a gente", reagiu uma das lideranças dos caminhoneiros, Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS).

"Eles facilitaram a nossa vida, calculando." Ações. Adotada em maio, no auge da greve, a tabela é alvo de três ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). A CNI é autora de uma delas. Argumenta que o tabelamento fere os princípios constitucionais da livre iniciativa, da livre concorrência e da defesa do consumidor.

O relator é ministro Luiz Fux, e não há previsão para julgamento. A ANTT informou que o tabelamento é previsto em lei. O cálculo dos preços mínimos "é um procedimento de altíssima complexidade". Mas, com prazo curto para fixar os valores, foram feitas "simplificações metodológicas".

Uma nova regulamentação está sendo elaborada pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós (Esalq/USP). "Seria importante encontrar uma solução que não crie dificuldade para o setor produtor ou para os caminhoneiros", disse o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Marcos Montes, após reunião da Frente Nacional da Agropecuária.

Para o deputado Pedro Lupion (DEM-PR), a tabela é um problema para o produtor, principalmente porque há perspectiva de redução na próxima safra de soja.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/02/2019

Seção: Economia

Autor: Cristian Favaro

Título: Corte de imposto de combustível em SP anima aéreas

No ar. Governo paulista anunciou redução da cobrança de ICMS sobre querosene de aviação de 25% para 12% e também disse que pretende privatizar todos os aeroportos do Estado até o ano que vem; companhias aéreas afirmam que vão ampliar número de voos

O governo de São Paulo anunciou ontem duas medidas voltadas ao incentivo do turismo no Estado: um corte de mais de 50% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o querosene de aviação e a promessa de privatizar todos os aeroportos do Estado até 2020. Desta forma, a

alíquota incidente sobre o combustível – um dos principais componentes dos custos para o setor aéreo – cairá de 25% para 12%.

"Ao reduzir o querosene, vamos estimular as companhias a terem tarifas mais acessíveis para seus voos", disse o governador João Doria (PSDB), ontem, ao anunciar a medida. "Queremos com isso ampliar as oportunidades para as aéreas de novos voos." Além do corte de alíquota para o querosene de aviação, Doria anunciou ontem o objetivo do governo de privatizar todos os aeroportos do Estado até 2020, por meio de Parcerias Público- Privadas (PPPs).

Segundo o cronograma paulista, ainda neste mês será contratada a empresa responsável por elaborar o plano aeroviário de São Paulo, que deve ser concluído em maio. As audiências públicas devem ocorrer a partir de junho e os contratos dos aeroportos assinados até o fim deste ano.

Reações. O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, afirmou que, com a medida, 490 novas partidas semanais passarão a ser realizadas em São Paulo antes do fim desse ano. Ele lembrou que, ao baixar a alíquota para 12%, o Fisco paulista adequou a cobrança à média da maior parte do País. Sanovicz disse ainda que as aéreas se comprometeram a criar, como contrapartida às políticas do governo paulista, um fundo de promoção de marketing, de R\$ 40 milhões.

Presente no anúncio das medidas, o presidente da Gol, Paulo Kakinoff, afirmou que a empresa deverá divulgar em até 60 dias novos destinos com origem em São Paulo e também rotas em aeroportos regionais do Estado. "Essa adição de voos aumenta competitividade e dá perspectiva de reflexo de tarifa", disse o executivo. Ele ponderou, entretanto, que outros fatores, como o câmbio, influenciam o preço das passagens.

"Socorro". Doria negou que o corte no imposto seja uma forma de ajudar companhias aéreas em dificuldade, como a Avianca, quarta maior empresa do setor no País, que está em recuperação judicial desde dezembro. "Essa iniciativa não está sendo feita e fundamentada dentro de uma questão de companhia aérea. Está centrada na economia, em aumentar o turismo dentro do Estado", disse.

O governador, entretanto, ponderou que, se o corte contribuir para melhorar a musculatura das aéreas no Brasil, que pagam impostos e geram empregos, este é um bom caminho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: TEO CURY, RAFAEL MORAES MOURA, DENISE LUNA, RENATA BATISTA e LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO****Título: STJ manda libertar os 5 presos por Brumadinho**

Para o tribunal, não havia fundamento para a prisão temporária; nº de mortos chega a 142

BRASÍLIA, RIO E BELO HORIZONTE

Em decisão unânime, a 6.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu ontem liberdade a dois engenheiros da empresa alemã Tüv Süd e três funcionários da Vale, presos por causa do desastre em Brumadinho (MG). A Corte não viu fundamento legal que justificasse a prisão temporária dos cinco, que foram acusados de homicídio qualificado, crime ambiental e falsidade ideológica. Eles não haviam sido soltos até as 22 horas de ontem. Os bombeiros atualizaram o número de mortos na tragédia para 142 e o de desaparecidos, para 194.

A decisão liminar (provisória) dá a liberdade aos engenheiros André Jum Yassuda, Makoto Namba, da Tüv Süd, e a Rodrigo Artur Melo, Ricardo de Oliveira, e Cesar Augusto Grandchamp, funcionários da mineradora. A decisão vale até que o Tribunal de Justiça de Minas julgue o mérito dos pedidos de liberdade, que foram negados liminarmente no sábado. A Tüv Süd foi responsável pelo laudo que atestou a estabilidade da estrutura que ruiu no dia 25.

"Não se indica que esses servidores e esses engenheiros estivessem dificultando a localização de documentos ou a colheita de provas. Ao contrário, o que se tem é que esses engenheiros já prestaram declarações, houve busca e apreensão de documentos e não foi encontrado nenhum risco que pudessem oferecer à investigação ou mesmo à sociedade. Não se indica e não verifico a existência de nenhum dos riscos exigidos pela lei para a prisão temporária", disse o ministro do STJ Nefi Cordeiro. Ele foi acompanhado pelos colegas das 6.ª Turma.

Segundo Cordeiro, presidente da Turma, a avaliação sobre o funcionamento da barragem feita pelos engenheiros é uma opinião técnica, similar ao parecer de um advogado ou a um exame pericial feito por médicos. "A opinião técnica, em princípio, pode ter sim críticas, pode ter sim opiniões divergentes. Para a responsabilização penal não basta o resultado demonstrar que aquela opinião

técnica não fosse talvez a mais acertada. É necessário que se indique que essa opinião técnica foi fundada em culpa ou dolo."

O Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem, na Grande BH, não havia recebido até o início da noite de ontem os alvarás de soltura. O advogado Augusto Botelho, que defende os técnicos da Tüv Süd, ainda disse ontem descartar a possibilidade de acordo de delação premiada. Para ele, não haveria o que delatar, uma vez que a tragédia não teria decorrido de um crime. A Tüv Süd divulgou nesta semana o relatório da inspeção feita em 2018, em que atesta a estabilidade e faz recomendações à Vale sobre a estrutura. A mineradora diz ter seguido as indicações.

Acionistas. Em carta ao Conselho de Administração da Vale, dez acionistas críticos à empresa alegaram quebra de confiança do investidor e prejuízos à companhia para pedir a imediata demissão da diretoria. Outra carta foi remetida ao Conselho Fiscal da Vale, na qual se pede uma Assembleia-Geral Extraordinária para prestar informações. Eles avaliam também que, com o afastamento dos diretores, as investigações poderão seguir com maior isenção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Pará de Minas decreta situação de emergência por causa da lama

Rejeito avança pelo Rio Paraopeba e chega à cidade, que fica sem água; membranas não contêm todo o material

O avanço da lama da Vale pelo Rio Paraopeba fez a cidade de Pará de Minas decretar situação de emergência ontem. O Paraopeba, que é a principal fonte de captação de água da cidade, foi atingido pela onda de rejeitos após o rompimento da barragem da empresa no dia 25. De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), o rio já foi tomado pelos rejeitos em cerca de 120 km de sua extensão – a partir do ponto de encontro da lama com o corpo d'água.

O prefeito Elias Diniz (PSD) explicou no decreto que o rio tinha se tornado fundamental para o abastecimento da cidade, de 100 mil habitantes, depois da crise hídrica que afetou a região entre 2013 e 2016. "Foi a única alternativa encontrada para colocar fim à situação calamitosa vivenciada pela população", disse ele, complementando que o município não conta com outras fontes de recursos hídricos para garantir o abastecimento regular.

Ele enumera também os riscos à saúde humana e para as criações de animais e cultivos agrícolas da cidade como motivos para o decreto. Com a decisão, ficam

autorizados processos de desapropriação de propriedades localizadas em áreas de risco. A prefeitura de Pará de Minas foi procurada para informar quantos imóveis poderiam ser afetados, mas não retornou até as 21h30 de ontem.

Contenção. A Vale informou que instalou ontem a terceira membrana de contenção de rejeitos no Paraopeba para proteger o sistema de captação de água da cidade, mas uma análise feita na segunda-feira por equipe da Fundação SOS Mata Atlântica apontou que ao menos até a segunda membrana o sistema não estava sendo muito efetivo.

O grupo, que está monitorando o rio de modo independente desde o local onde ele foi atingido pela onda de rejeitos, analisa em amostras d'água características como turbidez e oxigenação. Para avaliar a efetividade das membranas, fez coletas em um ponto anterior às barreiras e em um posterior. Os indicadores mostraram que as membranas estão tirando aproximadamente 50% do volume de rejeito. Questionada sobre a contenção esperada, a Vale também não se manifestou até as 21 horas.

As chuvas que atingiram a região de Brumadinho, onde ficava a barragem da Vale, na segunda-feira, diluíram os rejeitos, fazendo a lama avançar mais rapidamente pelo curso do rio, que deságua no São Francisco. "Se as chuvas persistirem, a tendência é de que ocorra a elevação da vazão e, consequentemente, o aumento da capacidade de transporte de sedimentos e aumento dos valores de turbidez", informam o Serviço Geológico do Brasil e a ANA, no boletim divulgado diariamente sobre a situação do rio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: LÍGIA FORMENTI

Título: Fiocruz alerta para risco de surtos

Estudo divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) alerta para a possibilidade de surtos de dengue, febre amarela e esquistossomose como consequência do rompimento da barragem em Brumadinho (MG). O risco de doenças teria como causa alterações no meio ambiente pelo impacto da lama.

A degradação da Bacia do Rio Paraopeba deve produzir mudanças na qualidade da água, na flora e na fauna, como a mortandade de peixes e répteis. Em um primeiro momento, cerca de 34 mil pessoas são potencialmente afetadas pelos rejeitos. No caso da esquistossomose, o risco ocorre principalmente porque grande parte de Brumadinho e das cidades da região não é coberta por sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Joana Cunha****Título: Doria atende aéreas, e ICMS de querosene cai**

Alíquota baixa de 25% para 12% em troca de mais voos em SP; companhias não garantem passagem mais barata

São Paulo - O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta terça-feira (5) a redução de 25% para 12% na alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação em voos domésticos no estado.

A medida será acompanhada de contrapartidas das companhias aéreas, que se comprometeram a elevar de 7 para 13 o número de cidades paulistas atendidas pela aviação comercial.

Segundo a Abear, associação que reúne as grandes companhias aéreas brasileiras —Latam, Gol, Azul e Avianca—, as empresas elevarão em 490 o número de partidas semanais até o fim deste ano, conforme a Folha antecipou no sábado (2).

Do total de partidas, 416 irão para fora do estado.

Além de São Paulo, os voos prometidos atenderão outros 21 estados em 38 destinos. A Abear, porém, não revelou quais serão os novos destinos.

Cada companhia aérea deverá anunciar seus planos nas próximas semanas. Os novos voos poderão começar a decolar em até 180 dias após os trâmites da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

Para ter seu pedido atendido, a Abear apresentou ao governo a previsão de que o aquecimento da economia promovido pelo turismo nos destinos atendidos pode atrair impacto econômico superior a R\$ 316 milhões em 2019.

O governo afirma que sua renúncia será compensada pelas contrapartidas das aéreas. Para este ano, a estimativa é que a arrecadação sobre o querosene cairá de R\$ 627 milhões para R\$ 422 milhões.

Ao anunciar a concessão do benefício, Doria disse também que a Secretaria Estadual de Turismo e as companhias irão promover um programa de "stopover", em que os passageiros com escala podem optar por permanecer pelo menos um dia em alguma cidade paulista, estimulando o turismo nas cidades de parada.

Segundo Doria, a redução do ICMS sobre o querosene dos aviões deve estimular as companhias a reduzir os preços das passagens.

Os presidentes das companhias aéreas, porém, evitaram estimar quando será possível repassar o benefício para o consumidor final na forma de bilhetes mais baratos, e qual seria o percentual de quedas nos preços.

"A componente tributária é um dos itens que compõem a precificação da tarifa, tendo outros dois ainda mais significativos, que são a cotação do combustível no mercado internacional e a variação cambial. Essas outras variáveis podem influenciar as tarifas, tanto para cima quanto para baixo", disse Paulo Kakinoff, presidente da Gol.

O impacto do combustível sobre as companhias aéreas brasileiras gira em torno de 40% do custo operacional, segundo as empresas.

Para Eduardo Sanovicz, presidente da Abear, o patamar de 25% em São Paulo representava uma distorção.

"Mais de 18 estados têm acordos de ajustes no seu ICMS, e em todos eles as contrapartidas de mais voos foram cumpridas. Com isso, a aviação cresceu pelo Brasil. Mas em São Paulo esse crescimento era de fraco a moderado", disse Sanovicz.

São Paulo é o estado que concentra a maior parte dos voos no país, o que explica a forte pressão das empresas pela redução. É também o que cobrava a maior alíquota.

Alguns estados têm regime especial com tarifas inferiores a 5% para empresas que elevam a oferta de voos.

Como contrapartida pela redução do tributo, o presidente da Abear anunciou também um fundo de promoção em marketing de R\$ 40 milhões custeado pelas aéreas para promover atrativos turísticos dos destinos.

A decisão do governo Doria de conceder o benefício representa uma guinada em relação à posição dos governos tucanos anteriores, que se posicionavam contra o pleito das companhias aéreas.

Em 2017, quando o Senado avançou na discussão da redução do teto do ICMS do querosene de aviação no país, o estado de São Paulo ameaçou elevar imposto de outros produtos para compensar a perda de arrecadação.

Na época, a Secretaria da Fazenda estimava perdas superiores a R\$ 300 milhões ao ano.

Também nesta terça-feira, Doria afirmou que todos os aeroportos regionais do estado serão privatizados em sua gestão.

Até o fim deste ano, as concessões devem ser colocadas de pé, de acordo com o governador. A meta é que todos estes aeroportos já estejam sob gestão privada até o final de 2020, segundo Doria.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Grupo de minoritários pede mudança na Vale

Acionistas e ONGs querem a destituição da diretoria-executiva da mineradora após acidente em barragem em Minas

Rubens Valente BRUMADINHO (MG) - Um grupo de dez acionistas minoritários, que inclui organizações não governamentais e moradores da região de Brumadinho (MG), pediu nesta terça-feira (5) ao conselho de administração da mineradora Vale, no Rio, a destituição da diretoria-executiva da empresa.

Ao conselho fiscal, o grupo também pediu a convocação de uma assembleia extraordinária para que seja demonstrada como está sendo feita a "reparação integral das violações de direitos e dos danos ambientais causados" pelo rompimento da barragem na Mina do Feijão.

"Parece claro que esses administradores da empresa são incompetentes, não conseguiram evitar o desastre mesmo sabendo dos problemas", disse o advogado Danilo Cham-mas, da ONG Articulação dos Atingidos pela Vale.

"O afastamento da diretoria é necessário para que sejam revelados aos acionistas onde a empresa falhou e o que fará para que isso não se repita", afirmou, em entrevista coletiva.

A barragem se rompeu no dia 25 de janeiro. Até esta terça-feira (5), eram 142 mortos e 194 desaparecidos na tragédia de Brumadinho, segundo a Defesa Civil mineira.

"É evidente que a manutenção dos diretores executivos em seus cargos, a cada dia que passa, compromete uma investigação isenta e profunda sobre os fatos, na medida em que essas pessoas tenderão a evitar ao máximo que a responsabilização sobre a tragédia recaia sobre eles mesmos", diz o pedido protocolado na Vale.

O texto destaca ainda a perda de R\$ 71 bilhões no valor da companhia no pregão da Bovespa no dia 28 de janeiro. Esse resultado negativo foi obtido no primeiro dia útil após a tragédia.

O pedido dos acionistas descreve que, quando o atual diretor-presidente da companhia, Fabio Schvartsman, tomou posse no cargo em 22 de maio de 2017, assumiu "com o objetivo de realizar uma gestão marcada pela performance, estratégia, governança e sustentabilidade".

O pedido transcreve trecho do discurso de Schvartsman, no qual afirmou: "Devemos adotar juntos um lema: "Mariana nunca mais". Que tenha sido a última vez que essa empresa esteja envolvida direta e indireta[mente] num desastre ecológico e social da dimensão que foi Mariana".

Os minoritários disseram que o desastre de Brumadinho "foi uma decepção".

"Entendemos que a diretoria-executiva que está à frente da companhia demonstrou não ter tomado as medidas necessárias para evitar uma nova tragédia decorrente do rompimento de uma barragem de rejeitos, contrariando a promessa feita quando da posse do diretor-presidente", diz o pedido dos acionistas.

Outra subscritora dos pedidos, Carolina de Moura Campos, integra o Movimento de Águas e Serras de Brumadinho, criado em 2009 depois que a comunidade de Jangada começou a receber água barrenta em suas casas.

"Nas assembleias anuais dos acionistas, nossas colocações não foram levadas a sério. Existe um notório conflito entre Vale e moradores", disse Carolina na entrevista coletiva em Brumadinho.

Em nota, a Articulação criticou também "o papel atribuído à Vale como o ator responsável por gerir e divulgar dados de interesse público, imprescindíveis para a investigação deste crime ocorrido em Brumadinho".

Apontou que as exigências estabelecidas pela Vale para a doação de R\$ 100 mil aos atingidos "baseadas em um conceito de família que não necessariamente se observa na realidade, podem estar impondo a estas pessoas tarefas extras para a obtenção de documentos, gerar embargos intermináveis e, em alguns casos, inviabilizar o efetivo recebimento do recurso".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 06/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Respostas da Vale não explicam sirenes e plano de emergência

Folha enviou 15 perguntas à empresa de mineração, que apura responsabilidades

São Paulo - Onze dias após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), que matou ao menos 142 pessoas e deixou 194 desaparecidos, no dia 25, a Vale não sabe responder por que as sirenes que deviam alertar para o desastre não foram acionadas e não diz quem eram os responsáveis, na empresa, pela implementação do plano de emergência.

A Vale não sabe quantos funcionários estavam no refeitório engolido pela lama, e tampouco responde sobre atividades econômicas em barragens descomissionadas.

A Folha reitera pedidos de entrevista com o diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, desde o dia do desastre, mas sua assessoria alega falta de espaço na agenda, que vem priorizando a atenção aos danos. Até agora, ele deu apenas entrevista coletiva.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Vale respondeu aparte das dúvidas da Folha.

Por que o refeitório de funcionários e a sede foram construídos em um local que o plano de emergência apontava como rota da lama?

A Vale informa que todas as suas barragens possuem um Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), conforme estabelece a legislação brasileira. Esse plano é construído com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos para o caso de um rompimento. O PAEBM prevê qual será a mancha de inundação e também a zona de autossalvamento.

Conforme determina a portaria DNPM 70.389/2017, o PAEBM da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão foi protocolado na Prefeitura de Brumadinho e Defesas Civis Municipal, Estadual e Federal em julho, agosto e setembro de 2018. A estrutura possuía todas as declarações de estabilidade aplicáveis e passava por constantes auditorias externas e independentes. Havia inspeções quinzenais, reportadas à Agência Nacional de Mineração, sendo a última em 21 de dezembro. A estrutura passou por inspeções em 8 e 22 de janeiro deste ano, com registro no sistema de monitoramento da Vale.

Toda essa documentação sempre esteve e continua à disposição das autoridades. A Barragem 1 possuía sistema de videomonitoramento, sistema de alerta através de sirenes e cadastramento da população à jusante. Também foi realizado o simulado externo de emergência em 16 de junho de 2018, sob coordenação das Defesas Civas e com o apoio da Vale, e o treinamento interno com os funcionários em 23 de outubro de 2018.

Por que não foram mudados de lugar, mesmo que o pior cenário previsse o engolfa-mento do local em um minuto?

Ver nota acima.

Por que as sirenes não detectaram a ruptura da barragem antes de serem engolfadas pela lama?

O sistema de alerta sonoro é acionado manualmente, a partir de um Centro de Controle de Emergências e Comunicação, com funcionamento 24 horas por dia, que fica localizado fora da área da mina. Pelas informações iniciais, que estão sendo apuradas pelas autoridades, devido à velocidade com que ocorreu o evento, não foi possível acionar as sirenes. As causas continuam sendo apuradas.

Quantas pessoas estavam no refeitório no momento que ele foi atingido pela lama?

Forneceremos as informações assim que possível.

Por que o prefeito de Brumadinho afirma que desconhecia o plano de emergência?

Foi realizado o simulado externo de emergência em 16 de junho de 2018, sob coordenação das Defesas Civas e com o apoio da Vale, e o treinamento interno com os funcionários em 23 de outubro de 2018.

Por que, segundo moradores e videos de logo antes da ruptura, havia movimento de caminhões na região da barragem nas últimas semanas?

A presença de profissionais em barragens, em todo o mundo, faz parte das medidas rotineiras e dos procedimentos básicos de segurança e manutenção dessas estruturas. Permite, por exemplo, a medição de instrumentos e poda da grama nesses locais.

No caso específico das imagens veiculadas pela mídia, referentes ao momento exato do rompimento, os profissionais que aparecem estavam realizando tarefas rotineiras. Uma das atividades era a coleta de dados para atender ao

cumprimento de requisitos legais, como determina a própria Agência Nacional de Mineração. É importante ressaltar que a barragem não estava em obras.

Os funcionários e moradores foram devidamente informados sobre riscos?

Foi realizado o simulado externo de emergência em 16 de junho de 2018, sob coordenação das Defesas Civas e com o apoio da Vale, e o treinamento interno com os funcionários em 23 de outubro de 2018.

Por que as vistorias não detectaram, segundo a Vale, problemas nas barragens?

A estrutura tinha todas as declarações de estabilidade aplicáveis e passa-vapor constantes auditorias externas e independentes. Havia inspeções quinzenais, reportadas à Agência Nacional de Mineração, sendo a última em 21 de dezembro. A estrutura passou também por inspeções em 8 e 22 de janeiro, com registro no sistema de monitoramento da Vale. As investigações sobre a causa do rompimento ainda estão em andamento. A Vale criou um comitê independente de apuração, coordenado pela ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, que contará com o apoio do escritório de advocacia Skadden, Arps, Slate, Meagher e Flom LLP. O Skadden irá instruir um painel de peritos para que forneça sua opinião e expertise profissional independente com objetivo de determinar a causa do incidente. A contratação do Skadden, bem como a criação pelo Conselho de Administração do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração, auxiliará a Vale, de forma independente, na apuração das causas do rompimento.

Por que a barragem não havia sido descomissionada ainda?

A Vale recebeu autorização para descomissionamento da barragem e o projeto estava em desenvolvimento.

Por que o plano aponta rotas de fuga que podiam ser obstruídas pela lama?

A Vale informa que todas as suas barragens possuem um Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), conforme estabelece a legislação brasileira. Esse plano é construído com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos para o caso de um rompimento. O PAEBM prevê qual será a mancha de inundação e também a zona de autossalvamento.

Qual o acordo que a Vale busca fazer com os atingidos?

O diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, se reuniu na tarde de 31 de janeiro com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em Brasília, para propor o pagamento de indenizações extrajudiciais às vítimas e familiares dos atingidos pelo rompimento da barragem. "Nossa proposta é acelerar o máximo

possível o processo de indenização àqueles que foram atingidos pelo desastre", afirmou o presidente da Vale. Segundo Schvartsman, as indenizações serão pagas assim que for feito o acordo extrajudicial com as autoridades de MG. "Estamos preparados para abdicar de ações judiciais, buscando dar maior celeridade possível a um acordo com as autoridades de Minas Gerais, permitindo que a Vale comece, imediatamente, a fazer frente a esse processo indenizatório", disse.

O cálculo de R\$ 100 mil para famílias de mortos e desaparecidos prevê cobrir o quê ?

Trata-se de uma ajuda doação, não tem nada a ver com indenizações. Segue declaração do diretor de Finanças e Relações com Investidores, Luciano Siani Pires, em coletiva sobre o assunto. "(A doação) é para minorar essa incerteza de curto prazo, ao ganha-pão das famílias, muitos chefes de família foram vitimados na tragédia, a Vale vai fazer uma doação a todas as famílias que perderam entes queridos. É uma doação não tem nada a ver com indenização de R\$ 100 mil imediata para cada família que perdeu um ente querido. Isso não tem nada a ver com indenização, que nós sabemos são valores muito maiores, que, obviamente, precisam ser conversadas com as famílias, com as autoridades, com o Ministério Público. Mas é apenas para que essa incerteza de curto prazo com relação ao sustento dessas famílias seja aliviada."

A Vale manterá atividade econômica nas barragens descomissionadas?

A Vale apresentou a autoridades seu plano para descomissionar todas as suas barragens construídas pelo método de alçamento amontante. O plano apresentado visa descaracterizar as estruturas como barragens de rejeitos para reintegrá-las ao meio ambiente. A Vale estima que serão necessários investimentos em torno de R\$ 5 bilhões para o descomissionamento das barragens amontante e estima que o processo de descomissionamento ocorrerá ao longo dos próximos três anos.

No que a Vale falhou para que esse desastre fosse mais letal que o de Mariana?

A Vale ressalta, de forma enfática, que a apuração dos fatos é o foco da sua diretoria, juntamente com o apoio incondicional às famílias atingidas, e que está e permanecerá contribuindo com todas as investigações conduzidas pelas autoridades competentes. A Vale criou um comitê independente de apuração, coordenado pela ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, que contará também com o apoio do escritório de advocacia Skadden, Arps, Slate, Meagher e Flom LLP. O Skadden irá instruir um painel de peritos para que forneça sua opinião e expertise profissional independente com objetivo de determinar a causa do incidente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/02/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Paulo Gomes e Thiago Amâncio****Título: STJ manda soltar técnicos e engenheiros da Vale que haviam sido presos em MG**

São Paulo - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu nesta terça-feira (5) liberdade aos funcionários da Vale e engenheiros que foram presos na semana passada, quatro dias após a tragédia em Brumadinho (MG).

A decisão da sexta turma do STJ, em caráter liminar (provisório), manda soltar os engenheiros Andre Jum Yassuda e Makoto Namba, ambos empresa Tuv Sud, e os funcionários da mineradora Rodrigo Artur Gomes de Melo, gerente executivo operacional da Vale, Ricardo de Oliveira, gerente de meio ambiente, e César Augusto Paulino Grandchamp, geólogo.

A liminar tem efeito até que se julgue o habeas corpus impetrado em favor deles no Tribunal de Justiça de Minas —a corte já havia negado pedido de decisão liminar.

A Tuv Süd foi a empresa contratada para fazer os laudos de estabilidade de 2017 e 2018 da barragem que ruiu.

O documento mais recente, assinado por Makoto Namba, declarava a estrutura estável, mas apontava uma série de problemas que deveriam ser corrigidos pela empresa, conforme a Folha mostrou nesta segunda (4).

Nele, estão citados pontos de erosão superficial da ombreira (lateral da barragem), indícios de alagamento a jusante (logo após a barragem), assoreamento e trincas em canaletas de drenagem e danos nos tubos de PVC das saídas do sistema de drenagem, entre outros problemas que deveriam ser sanados pela Vale para garantir as condições de segurança da estrutura.

A mineradora afirmou via assessoria de imprensa que "o documento não apresentava problemas e, sim, continha recomendações", cumpridas ainda em 2018.

Segundo o relator da decisão desta terça, o ministro Nefi Cordeiro, a soltura se justifica porque os engenheiros e funcionários da Vale já prestaram declarações, já foram feitas buscas e apreensões e não foi apontado qualquer risco que eles pudessem oferecer à sociedade.

O relator afirmou que o laudo indicava problemas que deveriam ser resolvidos na barragem. "Trata-se de opinião técnica que exige prova do erro ou fraude, não sendo possível a responsabilização objetiva pelo resultado ocorrido", afirmou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: GARGALO ELÉTRICO

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico se reúne hoje para analisar o baixo nível de água dos reservatórios. **O ministro de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite**, terá que decidir se aciona as térmicas para poupar água ou se espera o fim do período chuvoso. Entra ano e sai ano, o setor elétrico continua sendo um gargalo ao crescimento.

GUERRA FISCAL A JATO

Já é possível ouvir o rufar dos tambores de uma nova guerra fiscal. O governo do Rio também estuda cortar o imposto sobre o querosene de aviação para 7%. Ontem, São Paulo reduziu seu ICMS sobre o combustível para 12%. Para a economista Ana Carla Abrão, no fim, todos perderão. "A concorrência vai gerar um movimento de redução de alíquotas Brasil afora. O país perde com essa disputa entre os estados. O que o governo federal pode fazer é promover uma reforma tributária, mas ela nunca sai do papel também por conta dos conflitos federativos", disse a economista.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Funcionário da Vale alertou sobre risco em dissertação de mestrado

Trabalho acadêmico do curso de engenharia mostrou que lama da barragem poderia passar do estado pastoso para líquido

Um funcionário da própria Vale alertou que a Barragem 1 de Córrego de Feijão tinha risco de liquefação, quando a lama passa de pastosa para líquida. O

reservatório, onde instantes antes andavam veículos, se desfez. Um fenômeno previsível, associado ao aumento da infiltração de água, e que deveria ser esperado, pois está na lista de maiores problemas desse tipo de barragem, dizem especialistas.

O alerta tem nove anos e foi feito numa dissertação concluída em julho de 2010, no mestrado de Washington Pirete da Silva, orientado pelo professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Romero Cesar Gomes, no curso de engenharia geotécnica. O objetivo era apresentar propostas para reduzir o risco de liquefação. Um fenômeno, que diz Pedro Teixeira Cruz, há 50 anos professor de construção de barragens da Escola Politécnica da USP, é esperado nessas barragens:

—A explicação é a mesma do que ocorreu em Mariana. O mesmo tipo de fenômeno e estrutura, que sabidamente acometem essas barragens. Mesmo depois de desativadas, continuam perigosas.

"SISTEMAS CAÓTICOS"

A Vale, em nota, diz que a "dissertação citada concluiu que a Barragem 1 do Córrego do Feijão atendia aos níveis de segurança propostos pela metodologia aplicada".

— O problema é que essas barragens jamais são seguras. O pessoal das mineradoras repete isso. Mas Mariana e Brumadinho estão aí para mostrar que não é verdade. São sistemas caóticos, altamente instáveis. A vibração de um trem pode ser o gatilho para a tragédia — afirma Ricardo Fiorotti, especialista em rejeitos e chefe do laboratório de construção civil da UFOP.

Pirete é funcionário da Vale há 22 anos. O trabalho indica o deslocamento do eixo para dentro da barragem, o que afeta o nível de liquefação. Esse fenômeno está relacionado ao aumento do volume de água e a seu movimento dentro do reservatório. A liquefação aumenta a pressão interna sobre a parede da barragem, feita do mesmo rejeito, e pode fazê-la romper, como na tragédia de 25 de janeiro.

—Muito menos gente teria morrido se regras mínimas de segurança de barragem tivessem sido respeitadas. Em Córrego do Feijão se viu que os protocolos de segurança da Vale serviram só para convencer os funcionários de que estavam seguros — diz Fiorotti.

Ele observa que a ação da mineradora custou a vida de centenas de pessoas da empresa.

— Foi péssima gestão, pela obviedade do risco. Expôs que a empresa mantém protocolos que não dão segurança.

Para Carlos Barreira Martinez, professor de segurança em barragens das universidades federais de Minas Gerais e de Itajubá, as falhas de segurança são injustificáveis:

— Os responsáveis pelas minas da Vale devem ter faltado a todas as aulas sobre segurança de barragens do curso de graduação. Ou não colocariam os funcionários da empresa na linha de ruptura da barragem. Isso é tão básico, que não dá esperança de que alguma coisa vá mudar.

Cruz observa que a mina de Brumadinho não é a única com instalações funcionais na frente da linha de ruptura da barragem:

— É uma opção evidente por corte de custos. E de órgãos de fiscalização sem autoridade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: STJ manda soltar presos na tragédia

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu ontem habeas corpus para os engenheiros da empresa TÜV SÜD que atestaram a segurança da barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) e para três funcionários da Vale. Eles foram presos há uma semana, em São Paulo e Minas Gerais.

A decisão foi por unanimidade: os cinco ministros concordaram que não há fundamentos para a manutenção das prisões, apesar da gravidade do desastre.

A decisão colocou em liberdade os engenheiros Makoto Namba e André Yum Yassuda (eles trabalhavam para a TÜV SÜD). Da Vale, foram soltos o geólogo César Augusto Paulino Grandshamp; Ricardo Oliveira, gerente de meio ambiente, saúde e segurança, e Rodrigo Arthur Gomes de Melo, gerente executivo operacional da empresa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI E LÉO BRANCO

Título: Rio pretende diminuir ICMS do combustível de aviação

Após redução do imposto em SP, governo fluminense estuda alíquota de 7% para atrair voos em meio à queda de passageiros

RIO E SÃO PAULO- Com a decisão do governo de São Paulo de reduzir de 25% para 12% a incidência de ICMS do querosene de aviação no estado, mesma alíquota cobrada no Estado do Rio, o governo fluminense planeja uma redução do imposto sobre o combustível para se manter competitivo na disputa com o estado vizinho por novos voos. Nos últimos quatro anos, o movimento de pousos e decolagens de aviões no Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, encolheu 17%. No mesmo período, o número de passageiros caiu 11,2%, segundo dados da concessionária Riogaleão.

Segundo o secretário estadual de Turismo do Rio, Otávio Leite, a redução do imposto em São Paulo, anunciada ontem, deve acelerar um pacote de medidas do governo fluminense para estimular o setor de turismo e eventos.

LIMITAÇÃO FISCAL

Entre as medidas em estudo está a redução da alíquota do ICMS sobre o combustível de aviação no Rio dos atuais 12% para perto de 7%, incluindo o 1% adicional do Fundo de Combate à Pobreza. No entanto, como está em regime de recuperação fiscal, o Rio só pode fazer isso se demonstrar que poderá compensar a perda de arrecadação com a geração de outras atividades econômicas no estado. O governador Wilson Witzel já solicitou autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária(Confaz).

A renúncia fiscal em São Paulo será de R\$ 200 milhões. A redução do ICMS do querosene tem forte impacto na estrutura financeira das companhias aéreas, já que o combustível responde por cerca de 32% dos custos operacionais do setor. Segundo Alessandro Oliveira, especialista do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a desoneração pode reduzir o preço das passagens.

— Está provado que a redução da tributação ajuda na formação de novos hubs (centros de distribuição de voos) aéreos, como ocorreu em estados do Nordeste. São Paulo está seguindo esta tendência. No Rio, já temos um conjunto de ações para avançar nessa área—disse Otávio Leite, para quem a medida deve manter o Rio competitivo para captar novos voos de cargas e passageiros.

Em meio à crise financeira da Avianca Brasil e à ociosidade do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, o governador de São Paulo, João Doria, anunciou ontem a redução do ICMS do combustível de aviação como uma forma de aproximar São Paulo da média cobrada por outros estados, como o Rio. Era uma reivindicação antiga das companhias.

VANTAGEM PAULISTA

Em troca, as principais aéreas brasileiras se comprometeram a colocar mais 74 rotas saindo de aeroportos paulistas para 21 estados, totalizando 490 partidas semanais. As novas linhas, que serão divulgadas pelas empresas posteriormente, incluem seis destinos ainda não atendidos pelos aeroportos paulistas. As companhias também se comprometeram a criar um fundo de promoção do turismo paulista no valor de R\$ 40 milhões.

Para Respicio Espírito Santo Jr., professor de Transporte Aéreo da UFRJ, ficará ainda mais difícil para o Rio competir com a atratividade do estado vizinho para o setor aéreo.

— O pacote anunciado pelo governo paulista fortalece ainda mais a demanda de São Paulo, principalmente a interna. E beneficia diretamente as quatro empresas nacionais, todas com sede lá — avalia o especialista.

— São Paulo ficará ainda mais competitivo. O Rio tem uma malha aérea interna restrita, porque o estado é pequeno. Com baixa atividade econômica, a demanda também é limitada, ainda que exista infraestrutura de qualidade disponível. O governo não pode fazer milagre. Foram décadas de perdas, com aumento da violência, queda em eventos, operações aéreas.

A captação de turistas é outra preocupação do Rio. O secretário Otávio Leite afirmou que já está em discussão um projeto para transformar a TurisRio em agência de promoção turística.

Em 2015, a concessionária Riogaleão registrou movimento de 16,9 milhões de passageiros. Em 2018, foram 15 milhões. O impacto vem sobretudo no fluxo de viajantes domésticos, que encolheu de 12,8 milhões para 10,5 milhões, enquanto o de internacionais registrou avanço de 4 milhões para 4,5 milhões no mesmo período. O número de pousos e decolagens no Aeroporto Internacional do Rio caiu de 132,7 mil, em 2015, para 110,2 mil, no ano passado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo deve adiar renovação de concessões de ferrovias da Vale

Empresa pode deixar de cumprir contratos com paralisação de mina em MG

BRASÍLIA- O governo deve adiar a renovação antecipada do contrato de duas ferrovias administradas pela Vale depois da tragédia com a barragem de rejeitos

de minério da empresa em Brumadinho (MG). A intenção da equipe econômica é não “contaminar” o processo de renovação das concessões, que só vencem em 2027, com o desastre. Com isso, pretende evitar críticas de que estaria favorecendo a empresa, mesmo depois do rompimento da barragem.

A Vale opera hoje as ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas, cujos contratos se encerram daqui oito anos. O governo pretende antecipar a renovação dessas concessões em troca de investimentos da empresa em outra ferrovia. Os documentos já estavam praticamente prontos para serem enviados para o Tribunal de Contas da União (TCU) nas próximas semanas.

Com o desabamento da barragem, o governo segurou o andamento dos papéis, que devem demorar agora mais tempo para serem remetidos ao TCU. A renovação antecipada de concessões de infraestrutura foi permitida por uma lei de 2017. Para isso, são estabelecidas contrapartidas por parte do governo para as empresas concessionárias, numa tentativa de aumentar investimentos privados, principalmente em período de crise nas contas públicas.

No caso da Vale, a contra-partida pedida pelo governo é a construção de um trecho de quase 400 quilômetros de ferrovia entre os municípios de Campinorte, em Goiás, e Água Boa, no Mato Grosso, para atender ao agronegócio. A previsão é de investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões. Em contrapartida, a mineradora receberia a renovação automática das concessões das ferrovias Vitória-Minas, entre Vitória e Belo Horizonte, e da Estrada de Ferro Carajás, que passa pelos estados do Maranhão e do Pará.

PREFEITOS VÃO A BRASÍLIA

Além da Vale, o governo trabalha para antecipar as concessões das ferrovias Malha Paulista (Rumo), Malha Regional Sudeste (MRS) e Centro Atlântica (FCA, operada pela VLI), como revelou o GLOBO. Elas englobam 13,4 mil quilômetros de estrada de ferro.

Obrigada pela Justiça a paralisar a produção na mina de Brucutu, a maior da companhia em Minas Gerais, a Vale informou ontem ao mercado que invocou “força maior” em uma série de contratos de venda de minério de ferro e de pelotas por causa da decisão judicial, sobre qual reiterou não ver “fundamento técnico”. A empresa não especificou os contratos afetados. Esse instrumento geralmente é invocado quando uma das partes não consegue cumprir um acordo ou contrato por causa de um evento imprevisto.

Preocupados com a interrupção da produção da Vale nas áreas próximas a dez barragens de mineração por até três anos, prefeitos de Minas estiveram ontem

em Brasília em busca de apoio do governo federal. Eles temem perda de arrecadação e demissões.

— Há condição de parar as barragens sem interromper as operações — disse Waldir Salvador dos Santos, consultor da Associação de Municípios Mineradores de Minas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2019

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO

Título: Indústria de SP questiona aumento de 36% do gás

Empresas ameaçam ir à Justiça contra reajuste autorizado, que consideram 'impraticável'

SÃO PAULO- Com um reajuste médio de 36% no preço do gás natural para a indústria paulista autorizado desde 1º de fevereiro pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp), empresários pretendem ir à Justiça para anular o aumento. Associações que representam a indústria química, de vidro e cerâmica, entre outras, argumentam falta de transparência na formação do índice de correção do preço para pedir a suspensão do reajuste.

— Esperávamos um aumento de até 15%. Mas 36%, na média, é impraticável. Para algumas empresas do setor químico, vai ficar mais barato importar o produto que fabricam do que produzir aqui — diz a diretora de Economia e Estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Coviello Ferreira.

REPASSE PARA CONSUMIDOR

Para Giovanna, não há razão para um aumento extraordinário dessa magnitude. O dólar oscila em torno de R\$ 3,70, mesma cotação de maio do ano passado, data-base para o aumento. A taxa básica de juros se mantém em 6,25% ao ano, e o barril de petróleo está mais barato que no mesmo período do ano passado.

— Nenhuma das três variáveis que estão na composição de preço do gás subiu no patamar do reajuste anunciado — afirmou a diretora da Abiquim, lembrando que, em maio de 2018, já houve um reajuste de 21%. Portanto, em menos de um ano, o preço do combustível para a indústria paulista foi de 64%.

Lucien Belmonte, superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Vidro (Abividro), diz que o gás representa 30% do custo da produção do setor, e

o impacto desse reajuste torna “quase inviável” o processo de fabricação do produto. Na indústria de cerâmica, segmento que é o segundo maior consumidor de gás no país, a estimativa é de um aumento de 10% no preço final dos produtos ao consumidor, segundo Antonio Carlos Kieling, superintendente da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos e Louças Sanitárias (Anfacer).

— Com inflação baixa e a economia desaquecida, um reajuste dessa grandeza, além de ser inflacionário, é dramático para qualquer empresa — diz Kieling.

Em nota, a Arsesp informou que a tarifa final do gás canalizado é formada pelo preço do produto mais o transporte, que é determinado pela Petrobras. A estatal, por sua vez, informou que o preço de venda de gás natural praticado pela companhia segue fórmula ligada às cotações internacionais de óleos combustíveis e à taxa de câmbio. A estatal tem contratos distintos com distribuidoras de gás canalizado, que, por sua vez, têm seus preços e operações fiscalizados por agências reguladoras estaduais. Por isso os preços variam em cada estado.

(Colaborou Ramona Ordonez)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Junia Oliveira

Título: Prisões são relaxadas, e danos só aumentam

Foram liberados, ontem, os três funcionários da Vale e os dois engenheiros de uma consultoria terceirizada que prestava serviços à mineradora, presos na terça-feira da semana passada, durante as apurações de responsabilidade pelo rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. Os cinco foram beneficiados por habeas corpus deferido pelo ministro Nefi Cordeiro, da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por ser uma liminar, à decisão cabe recurso, mas o Ministério Público de Minas Gerais informou que não se pronunciaria sobre o caso.

Ganharam direito à liberdade, após menos de 10 dias de detenção, o geólogo Cesar Augusto Paulino Grandchamp; o gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do complexo minerário, Ricardo de Oliveira; e o gerente executivo operacional Rodrigo Artur Gomes Melo. Além deles, foram liberados os engenheiros Makoto Namba e André Jum Yassuda, da Tüv Süd Brasil, empresa alemã contratada pela Vale para auditorias na área de barragens. Segundo as

investigações, os cinco assinaram declarações de estabilidade das represas que se romperam em Brumadinho. A decisão do STJ tem efeito até o julgamento de mérito do pedido de habeas corpus impetrado em favor dos cinco no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que negou a liminar no último dia 2.

Nefi Cordeiro destacou a gravidade do caso e a comoção social causada pela tragédia, mas entendeu que os profissionais foram presos em razão de imputação de crime, sem que a decisão da prisão temporária apontasse algum elemento concreto que os responsabilizasse pela catástrofe. “Trata-se de imputação criminal pelo resultado, sem sequer especificação de negligência ou imperícia na modalidade culposa, ou mesmo de fraude dolosa na inserção da falsa conclusão técnica — em indevida reprovação judicial de opinião técnica”, escreveu.

Segundo o relator, como não foi especificado o dolo e não foram indicados fundamentos técnicos capazes de permitir concluir pelo erro ou fraude nos trabalhos do corpo de engenharia, não há indícios da prática de delito por parte dos profissionais. Nefi Cordeiro disse que o laudo técnico indicava providências a serem adotadas para a segurança da barragem. “Trata-se de opinião técnica que exige prova do erro ou fraude, não sendo possível a responsabilização objetiva pelo resultado ocorrido”, frisou, em sua decisão.

A decisão de conceder o habeas corpus foi unânime entre os cinco ministros da Sexta Turma. A ministra Laurita Vaz ressaltou que a catástrofe não vai cair no esquecimento, mas que a decretação da prisão temporária, diferentemente da preventiva, precisa demonstrar com clareza a urgência da medida e a gravidade do crime, o que não ocorreu. O ministro Rogerio Schietti Cruz também fez uma diferenciação entre os requisitos da prisão temporária e da preventiva e disse que já foram efetuadas buscas, os profissionais já prestaram depoimentos e não ficou demonstrada a necessidade da temporária.

Enquanto a prisão é relaxada, na área da tragédia, os prejuízos e transtornos para a população só aumentam. Com 194 desaparecidos, 142 mortos contabilizados no último levantamento e resgate constantes de corpos, a cidade tem cerca de 40% de sua população rural ilhada e um número impossível de ser estimado de afetados “invisíveis”: moradores atingidos indiretamente que, assim como as principais famílias prejudicadas, não conseguem retomar a normalidade de suas vidas.

“Trata-se de opinião técnica que exige prova do erro ou fraude, não sendo possível a responsabilização objetiva pelo resultado ocorrido”

Trecho da decisão do ministro Nefi Cordeiro

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Lilian Leitão****Título: Ameaças à saúde**

Como se não bastasse toda a dor da perda, os atingidos pela tragédia em Brumadinho terão de lidar com problemas de saúde e doenças das mais variadas, físicas e psíquicas. O impacto da contaminação dos rejeitos sobre a população acarretará mazelas respiratórias, intoxicações, afecções de pele, doenças mentais e comportamentais, doenças infecciosas e muito mais. Enfermidades que moradores e sobreviventes do desastre de Mariana enfrentam desde novembro de 2015.

Em Brumadinho, já foi confirmada a contaminação do Rio Paraopeba. Há concentrações de chumbo e mercúrio 21 vezes maiores do que o limite permitido pelas normas ambientais. Também foi constatada a presença de outros metais, como níquel, cádmio e zinco acima dos valores que podem ser tolerados, apresentando riscos à saúde humana e animal.

Evangelina Vormittag, médica patologista clínica e microbiologista, alerta que para tratar as pessoas afetadas a medida esperada é afastá-las do local. “É preciso que saibam que o adoecimento tem fases. A primeira, que dura de dias a um mês, a que vive Brumadinho agora, é a de lesões, acidentes, fraturas e mortes. A segunda, de dois a seis meses, chamada de recuperação, é a das doenças infecciosas, crônicas, pressão alta, descontrole do diabetes, doenças psicológicas e mentais, o acúmulo de lixo com a proliferação do mosquito. E a última fase, a da reconstrução, é a da intoxicação (gravíssima), derrame cerebral, que pode durar anos e piorar”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/02/2019****Seção: Economia****Autor: Gabriela Tunes****Título: Petrobras comanda preços**

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, responsabilizou a política

adotada atualmente pela Petrobras, que segue a variação do dólar, pela grande variação de preços encontrada pelo consumidor nos postos. Em entrevista ao programa CB.Poder, parceria da TV Brasília e do Correio Braziliense, ele afirmou que essa política é a principal responsável pelo aumento ou queda nos preços.

“É uma junção de fatores. Devemos levar em conta a política da Petrobras e o dólar. Hoje, com a queda do dólar, o preço do combustível caiu. Houve realmente uma queda expressiva”, disse. Para ele, a prática de cartel (combinação de preço entre os postos) deve ser investigada e punida sempre, mas ele argumenta que ainda há confusão entre os consumidores sobre o que gera os aumentos constantes.

Segundo Tavares, a população tem, de maneira geral, uma visão negativa dos postos de gasolina. “Distribuição é uma coisa — são cinco ou seis distribuidoras —, e revenda, que cabe a cerca de 320 postos, é outra. Esses dois juntos representam 15% do preço da bomba. A margem de variação de preço é muito pequena”, argumentou.

De acordo com o presidente do Sindicombustíveis, a situação dos estabelecimentos é preocupante, com os revendedores sendo obrigados a buscar outras fontes de recursos, como lava-jatos, lojas de conveniência e hamburguerias. “Ninguém está conseguindo sobreviver só com combustível. O investimento é alto”, destacou.

Outra estratégia dos empresários tem sido abrir mão das bandeiras, o que ajuda a reduzir o preço, mesmo que isso represente uma diminuição da qualidade do produto vendido. “Em Brasília, muitos postos perderam a bandeira, já que isso reduz o custo dele e ele pode fazer um preço melhor.”

*** Estagiária sob supervisão de Humberto Rezende**

MME / ASCOM .